



FORTALEZA
PREFEITURA

GABINETE
DO PREFEITO

MENSAGEM DE VETO PARCIAL Nº 16, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025

Referente ao Ofício Nº 0974/2025 - COGEL

Projeto de Lei nº 0042/2025 (VETO PARCIAL)

Ementa: "INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Autoria: Poder Legislativo

Senhor Presidente,

Com a devida vênia e em exercício da prerrogativa constitucional, comunico a Vossa Excelência que, nos termos e para os fins do art. 53, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, decidi opor Veto Parcial ao Autógrafo de Lei decorrente do Projeto de Lei nº 0042/2025, que "Institui, no Município de Fortaleza, a Campanha Permanente de Combate à Misoginia e dá outras providências".

O presente veto encontra-se fundamentado nas robustas razões de inconstitucionalidade formal e de usurpação de competência, conforme exaustivamente detalhado no Parecer nº 104/2025, emitido pela Procuradoria Geral do Município (PGM), acostado ao Processo Administrativo nº P411877/2025.

Inicialmente é imperioso destacar o integral reconhecimento e a profunda adesão deste Poder Executivo à causa de fundo que motiva o Projeto de Lei nº 0042/2025.

A instituição de uma Campanha Permanente de Combate à Misoginia no Município de Fortaleza representa um passo significativo e necessário na luta pela igualdade de gênero, pela proteção da dignidade da pessoa humana e pelo enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência direcionadas às mulheres.

O objetivo primordial da proposição, que é promover ações de conscientização, prevenção e educação, coaduna-se perfeitamente com os fundamentos basilares da República Federativa do Brasil e com os objetivos estratégicos da gestão municipal.

A matéria proposta pelo Poder Legislativo Municipal está em plena consonância com a competência constitucionalmente atribuída aos Municípios, nos termos do Artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que lhes reserva a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. A promoção de políticas públicas voltadas à

PALÁCIO DO BISPO

RUA SÃO JOSÉ, 1 • CENTRO • CEP: 60060-170 • FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL
85 3125 9100



proteção dos direitos humanos, à educação e à inclusão social, especialmente o combate à discriminação, se insere no interesse local de forma inegável, afetando diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento social de nossa população.

Ademais, a Lei Orgânica do Município de Fortaleza, em seu Artigo 8º, inciso XXI, é categórica ao estabelecer que compete ao Município "criar mecanismos que combatam a discriminação à mulher", ratificando a competência material para a propositura de medidas como a ora instituída.

Este Executivo Municipal manifesta, portanto, seu apoio irrestrito ao *mérito* da Campanha, reconhecendo seu notório interesse público e sua constitucionalidade quanto ao conteúdo. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social (SDHDS), inclusive, manifestou-se favoravelmente à sanção da proposta, atestando a pertinência, a relevância e a necessidade das medidas de combate à misoginia no âmbito municipal, conforme registrado nos autos do Processo SPU P 425385/2025.

Contudo, esta chancela quanto ao mérito da política pública não pode se sobrepor à estrita observância das normas de estruturação do Estado e das regras de iniciativa legislativa, sob pena de comprometermos a higidez do nosso ordenamento jurídico e, conseqüentemente, a própria estabilidade institucional da cidade. É a preservação da forma legal e do princípio da Separação dos Poderes que nos conduz à decisão do veto parcial.

Apesar do mérito inegável da Campanha de Combate à Misoginia, a análise pormenorizada do Autógrafo do Projeto de Lei nº 0042/2025 identificou um vício de inconstitucionalidade formal orgânica insanável em um de seus dispositivos, especificamente no *Artigo 4º*.

Este dispositivo, ao detalhar uma diretriz administrativa cogente e impor uma atribuição específica a um órgão do Poder Executivo, exorbita a competência do Poder Legislativo e transgredir o princípio da Separação dos Poderes, previsto de forma eloquente no Artigo 2º da Constituição Federal.

O Artigo 4º estabelece, em sua literalidade, a seguinte determinação:

"Fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social coordenar a Campanha Permanente de Combate à Misoginia."

Este comando, proveniente de iniciativa parlamentar, adentra indevidamente na esfera de competência administrativa privativa do Chefe do Poder Executivo. A função do Poder Legislativo é eminentemente normatizadora e fiscalizadora, cabendo-lhe a criação das leis gerais que estabelecem as políticas públicas. Em contrapartida, a organização interna da máquina administrativa, a definição da estrutura funcional do Executivo e a distribuição de tarefas e competências entre suas Secretarias e órgãos são atos típicos de gestão, reservados privativamente ao Prefeito Municipal.



A Carta Municipal de Fortaleza, refletindo o pacto federativo e a separação de Poderes, é cristalina ao dispor sobre a iniciativa privativa do Prefeito para tais matérias.

O Artigo 46, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Município define, de maneira taxativa, que compete privativamente ao Prefeito sancionar leis cuja matéria disponha sobre a organização e funcionamento da administração municipal, englobando a criação, estruturação e, crucialmente, as *atribuições* das secretarias e órgãos da administração pública.

Quando o Poder Legislativo, por meio de lei de iniciativa própria, designa de forma peremptória qual Secretaria Municipal será responsável pela coordenação de uma Campanha, está, na prática, assumindo uma função que é inerente à gestão e à discricionariedade administrativa do Executivo.

Assim, a designação de atribuições específicas a órgãos da administração executiva é um ato de natureza gerencial, que se insere no poder de auto-organização do Poder Executivo.

O Chefe do Poder Executivo possui a prerrogativa constitucional de reestruturar, reorganizar e atribuir competências aos seus órgãos conforme as necessidades administrativas e a conveniência técnica.

Nesse sentido, o vício de iniciativa ocorre precisamente porque a lei, embora verse sobre um tema de interesse local, dispõe sobre matéria reservada. O legislador municipal tem a legitimidade para criar a Campanha e determinar suas diretrizes gerais (Artigos 1º, 2º e 3º), mas não tem a prerrogativa de impor a quem caberá a execução dessa política no âmbito interno do Executivo.

O veto parcial, neste contexto, se apresenta como um dever institucional e profilático, garantindo que apenas normas juridicamente válidas e formalmente constitucionais ingressem no ordenamento municipal.

Ademais, é fundamental ressaltar que a supressão do Artigo 4º não compromete o núcleo essencial da Campanha de Combate à Misoginia. Os demais artigos do Autógrafo de Lei estabelecem a criação da Campanha e definem suas diretrizes fundamentais, matéria que será integralmente sancionada.

O Executivo tem total compromisso com a implementação efetiva da Campanha assim que a questão formal for superada.

Em face das razões expostas, que demonstram de forma inequívoca o vício de iniciativa e a violação ao princípio da Separação dos Poderes, ratificamos o entendimento da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza, opinando pelo *VETO PARCIAL* a incidir de forma pontual e exclusiva sobre o art. 4º do Autógrafo do Projeto de Lei nº 0042/2025, submeto esta decisão à elevada apreciação dos membros de Egrégia Casa Legislativa.



FORTALEZA
PREFEITURA

GABINETE
DO PREFEITO

Com a convicção de estar honrando os preceitos constitucionais e preservando a integridade jurídica do Município, submeto o presente Veto Parcial à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, para que adote as providências regimentais pertinentes.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 23 de outubro de 2025.

Evandro Sá Barreto Leitão
PREFEITO DE FORTALEZA

AO EXMO. SR VEREADOR
LEONARDO SALES COUTO BEZERRA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
NESTA

PALÁCIO DO BISPO

RUA SÃO JOSÉ, 1 • CENTRO • CEP: 60060-170 • FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL
85 3125 9100

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número Q8JT6BNV
Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 4807381 e código Q8JT6BNV
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número Q8JT6BNV

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 4807381 e código Q8JT6BNV

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR:

Assinado por: EVANDRO SA BARRETO LEITAO em 23/10/2025



LEI Nº 11.596, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025

Institui, no Município de Fortaleza, a Campanha Permanente de Combate à Misoginia e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Fortaleza, a Campanha Permanente de Combate à Misoginia, com o objetivo de promover a conscientização, a prevenção e o enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres.

Art. 2º São objetivos da Campanha:

I — educar e sensibilizar a população sobre os prejuízos sociais, culturais e econômicos causados pela misoginia;

II — promover a igualdade de gênero e o respeito às mulheres em todos os âmbitos da sociedade;

III — combater estereótipos de gênero que reforcem a discriminação e a desigualdade;

IV — fomentar a participação das mulheres em espaços de poder e decisão;

V — incentivar o debate sobre misoginia e gênero nas escolas, nas universidades, nos locais de trabalho e nos demais espaços públicos e privados;

VI — articular parcerias entre o poder público, as organizações da sociedade civil, as instituições de ensino e as empresas privadas para o desenvolvimento de ações educativas e culturais.

Art. 3º A Campanha Permanente de Combate à Misoginia poderá incluir as seguintes ações:

I — realização de palestras, seminários, workshops e debates sobre misoginia e direitos das mulheres;

II — produção e distribuição de materiais educativos, como cartilhas, vídeos e campanhas em mídias sociais;

III — implementação de programas educativos nas escolas, com o objetivo de conscientizar estudantes sobre a igualdade de gênero;



FORTALEZA
PREFEITURA

GABINETE
DO PREFEITO

IV — capacitação de profissionais da saúde, da educação, da segurança e da assistência social para lidar com situações de misoginia e violência contra as mulheres;

V — apoio à realização de campanhas culturais que promovam a visibilidade e o empoderamento das mulheres.

Art. 4º VETADO.

Art. 5º O Poder Executivo municipal poderá regulamentar esta Lei, no que couber, estabelecendo normas complementares para a sua implementação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2025.

Evandro Sá Barreto Leitão
Prefeito Municipal de Fortaleza

PALÁCIO DO BISPO

RUA SÃO JOSÉ, 1 • CENTRO • CEP: 60060-170 • FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL
85 3125 9100

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número 9MKOKQ5E
Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 4807380 e código 9MKOKQ5E
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número 9MKOKQ5E

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 4807380 e código 9MKOKQ5E

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR:

Assinado por: EVANDRO SA BARRETO LEITAO em 23/10/2025

À COGEL

DESPACHO

Trata-se de VETO PARCIAL nº 16 de 23 de outubro de 2025 ao Projeto de Lei nº 042/2025, que originou a Lei nº 11.596, de 23 de outubro de 2025, dispondo sobre a campanha de combate à misoginia. Face o exposto, encaminho a essa Coordenadoria, para conhecimento e providências.

Fortaleza, 24 de outubro de 2025.

EMANUEL ANGELO PINHEIRO DO VALE

Diretor-Geral



Protocolo Virtual

Mensagem 56/2025

28112025111300009301

Dados do protocolo:

Descrição: Protocolo de 56/2025

Registrado por: DANIEL KILZER

Primeira movimentação: 28 de novembro de 2025 às 14:13

Dados do processo:

Assunto/Observação: VETO PARCIAL Nº 22/2025. PROJETO DE LEI Nº 0049/2025. PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.

Procedência: PREFEITURA DE FORTALEZA

Nome: EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO

Data: 28/11/2025